

Autonomia, decisões e democracia: a UFSM como autora do seu destino.

Santa Maria e a Universidade Federal de Santa Maria, são entendidas como sinônimos, uma unidade, a UFSM é Santa Maria e Santa Maria é representada pela UFSM em todo Brasil e no mundo em seu processo de internacionalização. Desde que foi criada, há mais de meio século, a primeira universidade do interior do Brasil foi construindo a imagem de excelência, de desenvolvimento, de proximidade às comunidades de inúmeras localidades do Rio Grande do Sul e de outras partes do Brasil, em uma realidade multi-campi, com 30 mil estudantes entre a educação presencial e EaD. Para Santa Maria e demais municípios onde está a UFSM, vem milhares de jovens construir seus futuros. Depois, saem portando o orgulho de terem sido formados por uma das maiores instituições públicas de ensino superior.

Apesar de todo esse reconhecimento, e ainda por causa dele, a UFSM e Santa Maria, enfrentam um de seus momentos mais delicados. O contexto de estímulo a regimes ditatoriais, de desrespeito a democracia, de desacordo com o caráter cada vez mais inclusivo da UFSM, o ataque ao funcionalismo público, o desejo de alguns de se imiscuírem em busca de benefício pessoal nas rotinas administrativas, tem motivado grupos a questionarem o direito da comunidade da UFSM definir o seu próprio projeto de futuro.

Agem no sentido de desconsiderar o direito legal de autonomia universitária, de desconsiderar trajetórias reconhecidas de gestores, de menosprezar os processos internos de escolhas, de judicializar decisões possibilitando interferências internas.

Tais atitudes, que somente podem ser entendidas como projetos pessoais, de interesses externos, para que servidores e servidoras, de uma reconhecida instituição pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, percam a condição de realizarem seu trabalho com autonomia e zelo previstos em lei.

Em razão de tudo isso, o Conselho do Centro de Educação se manifesta, ao lado dos defensores da autonomia universitária, da democracia interna e do serviço público, contra qualquer tipo de ingerência externa indevida e que fomentam a barbárie no espaço público.

Santa Maria, 26/07/2021